

## TIMOR-LESTE

### A Indonésia e a transição para a independência em Timor-Leste

John G. Taylor

Professor de Estudos Políticos, Universidade de South Bank, Londres

Há dez anos escrevi um livro intitulado *Indonesia's Forgotten War (A Guerra Esquecida da Indonésia)*, com o subtítulo «*The Hidden History of East Timor*» («A História Oculta de Timor-Leste») – divulgando histórias ocultas do conhecimento mundial. A Indonésia tinha conseguido impedir qualquer fiscalização da sua ocupação cruel, e a questão de Timor-Leste era de pouca importância para a comunidade internacional. Os governos estavam dispostos a consentir a ocupação devido a motivos estratégicos, políticos e económicos.

Hoje em dia, este já não é o caso. Timor-Leste é conhecido internacionalmente devido à determinação do seu povo em chamar a atenção do mundo para a sua causa, e à brutalidade das forças armadas indonésias para reprimir o movimento para a autodeterminação do território. É também visto como um problema que necessita de uma solução urgente. Ao contrário do que acontecia há dez anos, a maioria dos governos mundiais e organizações internacionais juntam esforços para auxiliar o desenvolvimento económico de Timor-Leste enquanto este constrói a sua independência. Pelo contrário, a reputação da Indonésia tem diminuído visto que em todo o mundo as pessoas têm equiparado a república às acções do seu exército e dos grupos paramilitares em Timor-Leste. O apoio internacional à sua tentativa de transição para a democracia, como consequência da queda de Suharto, diminuiu dramaticamente à medida que têm sido emitidas por todo o mundo imagens das suas tropas de elite cooperando e encorajando as matanças levadas a cabo pelos paramilitares.

Uma mudança mágica ocorreu pois nas formas como Timor-Leste e Indonésia são vistos internacionalmente. O que provocou isto? Como é que Timor-Leste ganhou tal importância internacional? Porque é que a Indonésia tem insistido em manter um pequeno território e uma população de oitocentos e cinquenta mil pessoas dentro da República contra os desejos evidentes dos timorenses? Sobretudo, porque é que o povo de Timor-Leste tem sido tão determinado em lutar pela sua independência? Como é que eles conseguiram ganhar o direito de decidirem o seu futuro através de uma votação democrática?

Neste artigo, debruço-me sobre estas questões seguindo os acontecimentos em Timor-Leste durante a última década. Na edição de 1990 do meu livro, cheguei à conclusão de que não poderiam existir mudanças fundamentais em Timor-Leste enquanto não houvessem importantes alterações políticas na Indonésia. Com a queda de Suharto e o aparecimento de movimentos exigindo a democratização da Indonésia, estas mudanças pareciam estar a ocorrer – nomeadamente em Janeiro de 1999, quando o Governo indonésio anunciou o que era efectivamente um referendo sobre a autonomia. No entanto, à medida que os acontecimentos se foram desenrolando, percebi, tal como muitos outros comentadores, que, apesar dos esforços por parte daqueles que lutavam pela democracia na Indonésia, as mudanças não eram assim tão grandes, e que o exército indonésio ainda

detinha a maioria dos poderes que usufruía no tempo de Suharto. Isto rapidamente se tornaria evidente em Timor-Leste, onde os militares fizeram tudo o que estava ao seu alcance para manter o território dentro da república.

Um jornalista, ao visitar Maliana, uma cidade situada na parte ocidental de Timor-Leste, cuja população foi intimidada por grupos paramilitares pró-integracionistas e ameaçada de violentas represálias se votassem pela independência, observou durante o referendo que «um dos primeiros a votar foi um homem de meia idade apoiado em duas bengalas partidas. As suas pernas estavam arqueadas permanentemente, e demorou cinco minutos para atravessar a sala, ir buscar o boletim de voto e arrastar-se até à urna. Deveria ter desviado o olhar, mas observei-o enquanto escolhia penosamente a mais pequena das duas urnas, a que rejeitava a continuação da ligação à Indonésia. Se este homem era capaz de ignorar o terror e a enfermidade para fazer tal escolha, não tenho dúvidas de que o resto do seu valente povo irá escolher»<sup>1</sup>.

Eles optaram pela independência, por uma maioria esmagadora de 78 por cento. Porém, duas semanas depois, trezentas e trinta mil pessoas estariam escondidas nas montanhas, e pelo menos cem mil seriam obrigadas a atravessar a fronteira para a Indonésia, encurraladas em campos de concentração e controladas pelos mesmos grupos paramilitares e pelos soldados indonésios cujo domínio tinham rejeitado de forma tão decisiva através da sua votação.

Como poderia isto acontecer? Como poderia a esperança de independência ter sido oferecida e depois absolutamente negada desta forma? Como, apesar de tais acontecimentos, é que a independência pôde ser alcançada?

Para responder a estas questões, temos de examinar a história contemporânea de Timor-Leste, e mais especificamente os acontecimentos da década de 90. Precisamos de compreender como um conflito «oculto da história» obteve importância internacional através da determinação da sua população para entender as mais breves oportunidades oferecidas pelos desenvolvimentos dentro da Indonésia e internacionalmente.

### **O massacre de Santa Cruz e as suas consequências**

Em Novembro de 1991, Timor-Leste esperava a chegada de uma delegação parlamentar portuguesa. A primeira missão investigadora importante autorizada pelo exército indonésio a entrar no território seria recebida por milhares de pessoas em Díli, Baucau, e nas principais cidades timorenses. Esperava-se que a missão, cuja chegada estava agendada para 4 de Novembro, preparasse o terreno para um envolvimento mais sério das Nações Unidas. À última hora, a 27 de Outubro, a missão foi cancelada porque o exército indonésio não estava preparado para receber a equipa de jornalistas que acompanhava a delegação. Os membros mais importantes do movimento independentista que tinham estado envolvidos nos preparativos para a visita portuguesa ficaram expostos e deixados à sua sorte.

O exército indonésio passou imediatamente ao ataque, cercando a igreja Motael em Díli, onde trinta jovens apoiantes da independência tinham procurado refúgio. Sebastião Gomes, um jovem estudante, foi morto, e vinte e cinco outros detidos. A 12 de Novembro teve lugar nesta igreja uma missa em memória de Sebastião Gomes. Após a missa, uma enorme multidão caminhou até ao Cemitério de Santa Cruz para colocar flores no túmulo de Sebastião. Ao passarem por Díli algumas pessoas da multidão agitavam bandeiras e gritavam palavras de ordem a favor da independência. Quando a

procissão chegou ao cemitério contava já com três a quatro mil pessoas. À sua chegada encontraram um grupo de tropas indonésias que vigiava a cerimónia de enterro enquanto chegavam mais camiões com soldados. Sem aviso, as tropas abriram fogo à queima-roupa. Estudantes adolescentes foram perseguidos pelos soldados e alvejados nas costas. Quando os disparos pararam, dúzias de pessoas jaziam mortas por entre os túmulos. Os feridos foram levados pelos soldados em camiões para o hospital de Díli, onde foram espancados ou mortos. Quando tudo acabou, duzentos e setenta e três leste-timorenses tinham sido assassinados.

Acontecimentos como este já tinham ocorrido anteriormente em Timor-Leste, mas nesta altura existia uma diferença decisiva – os actos do exército no cemitério foram filmados por um fotojornalista britânico que conseguiu esconder as fitas magnéticas e enviá-las para fora do território às escondidas. Cedo os acontecimentos do massacre foram mostrados nos ecrãs de televisão no mundo inteiro. A reacção pública obrigou a Comunidade Europeia e os Estados Unidos a condenarem a violência. Os governos e as organizações internacionais começaram gradualmente a rever as suas políticas sobre Timor-Leste. O apoio internacional ao movimento independentista aumentou nitidamente como consequência do massacre.

Não que isto tivesse tido grande repercussão no exército indonésio. Foi colocado em Díli um novo comandante, Theo Syafei. Um general de brigada da força de elite Kopassus e um amigo íntimo do genro do Presidente Suharto, o general Prabowo, afirmou que «se algo semelhante ao que aconteceu a 12 de Novembro tivesse lugar sob o seu comando, o número de vítimas provavelmente seria mais elevado»<sup>2</sup>.

Tais reacções ao massacre de Santa Cruz seriam repetidas durante os anos seguintes. À medida que a difícil situação de Timor-Leste se expandiu internacionalmente, o exército indonésio ficou mais frustrado e irritado especialmente com as reacções da «segunda geração», a juventude que eles esperavam «socializar» para aceitar a integração. Novas tácticas foram desenvolvidas, que implicavam um uso crescente de operações secretas e a contratação de pessoas conhecidas na Indonésia como preman (literalmente «arruaceiros») para servirem como intimidadores e agentes provocadores.

Durante a década de 90, o apoio ao movimento timorense ficou demonstrado nas críticas cada vez mais severas à ocupação militar, e que tinham várias origens: departamentos das Nações Unidas, a União Europeia, e – com maior importância – o Governo dos Estados Unidos. As questões dos direitos humanos foram levantadas repetidamente por governos estrangeiros, para grande contrariedade do regime de Suharto. Em Outubro de 1996 atingiu-se um ponto alto com a atribuição do Prémio Nobel da Paz ao bispo Belo e a José Ramos-Horta, «para distinguir as suas contínuas e abnegadas contribuições para com um pequeno mas oprimido povo. Um terço da população de Timor-Leste perdeu a vida devido à fome, às epidemias, à guerra e ao terror»<sup>3</sup>.

Antes de partir para Oslo para receber o prémio, o bispo Belo visitou Jacarta, onde foi empurrado por manifestantes mobilizados pelo governo, que o ameaçavam de morte. Ao regressar a Díli foi saudado por duzentas mil pessoas que vieram de todos os treze distritos de Timor-Leste para encher a estrada que vai do aeroporto de Comoro até à capital. Existia o sentimento de que, finalmente, a comunidade internacional começava a compreender um pouco da realidade de Timor-Leste, em vez de aceitar simplesmente as imagens fornecidas pelo Governo indonésio. Se isto resultaria em algumas mudanças de política por parte dos governos ocidentais que apoiavam a Indonésia era, claro, um

assunto completamente diferente. Ao mesmo tempo que advertiam calmamente o regime de Suharto, a maior parte desses governos continuava a fornecer armas, algumas das quais usadas contra o mesmo povo cujos direitos humanos eles afirmavam defender. Em resposta à crescente afirmação do movimento independentista, tanto a organização como as operações do exército indonésio mudaram dramaticamente. Como resultado do massacre de Santa Cruz, a limitada abertura do território, evidenciada entre 1989-1991, tinha terminado e as operações de combate foram substituídas por uma estrutura territorial, na qual o controlo estava cada vez mais entregue à Kopassus, a unidade de Forças Especiais do exército indonésio. Com a captura do líder da guerrilha timorense, Xanana Gusmão, em Novembro de 1992, e a diminuição dos combates com as Falintil, o exército começou a empregar as suas energias na identificação dos defensores da independência e na intimidação das populações locais. Neste processo, os mesmos comandantes que tinham sido influentes no comando do massacre de Díli foram promovidos às categorias mais elevadas. Tal como já citado anteriormente, o general de brigada Syafei tornou-se o comandante de Díli, seguindo-se os comandantes de sectores locais, os coronéis Syahari Peliung e Ryacudu Ryamizard, ambos importantes comandantes durante o massacre de Santa Cruz. Por outro lado, e mais importante do que isto, ambos eram amigos íntimos do tenente-coronel Prabowo, comandante do Grupo Três da Kopassus e genro do Presidente Suharto, que começava a estabelecer Timor-Leste como o seu feudo militar pessoal. O Grupo Três logo se tornou o centro nevrálgico da campanha para destruir o movimento independentista. Com este objectivo, foram progressivamente posicionadas tropas «irregulares» que visavam indivíduos e grupos, que eram intimidados, torturados e mortos. Quer fossem os abomináveis grupos de «ninjas», encapuçados e vestidos de preto, que invadiam casas e raptavam pessoas no meio da noite, quer fossem grupos paramilitares locais chefiados por comandantes da Kopassus nas principais cidades e aldeias, os anos que se seguiram a Santa Cruz foram marcados por um aumento acentuado das violações dos direitos humanos. Estes foram os anos durante os quais foram criados os grupos paramilitares que iriam desempenhar um papel tão decisivo na campanha das forças armadas para perturbar o referendo de 1999 sobre a autonomia.

Assim sendo, os anos que se seguiram a Santa Cruz resumem-se ao crescente reconhecimento internacional, associado às intermináveis campanhas de intimidação. Conforme o vice-reitor da Universidade de Timor-Leste descreveu em Novembro de 1995, «a situação no território é de terror, tensão e perseguição» – caracterizada pelo título da campanha das Forças Armadas para 1997: «Operasi Tuntas», literalmente «Acabem com eles».

### **Indonésia em crise**

Pouco tempo depois do anúncio da «Operasi Tuntas», a Indonésia foi atingida por ondas de choque económicas das quais ainda não recuperou. O início da crise das moedas asiáticas em Agosto de 1997 logo provocou consequências devastadoras – a bolsa de valores caiu a pique, o desemprego aumentou rapidamente, os investidores abandonaram o país, e muitos indonésios sofreram uma escassez de alimentos, agravada pela seca e pelas más colheitas. Confrontado com esta crise, o regime de Suharto não soube lidar com ela nem negociar com organizações internacionais pacotes de emergência. Isto conduziu a exigências generalizadas de uma mudança política.

A família Suharto e o seu nepotismo económico e político acabaram por ser vistos pela maioria dos indonésios como os principais obstáculos à recuperação económica e à reforma política. Com uma crescente oposição em todas as frentes, acompanhada por milhares que se manifestavam contra o governo e a baixa dos níveis de vida, e com as forças armadas a concluírem que a situação se estava a tornar incontrolável, Suharto foi obrigado a demitir-se a 21 de Maio de 1998. Foi então substituído pelo homem que ele próprio indicou, B. J. Habibie – um presidente interino que a elite política e militar de Jacarta aceitou como o candidato capaz de supervisionar a transição para uma nova era. Dadas as difundidas exigências de uma reforma política, a elite reconheceu que tal governo teria de ser considerado mais democrático e mais aberto do que o regime Orde Baru («Nova Ordem») de Suharto.

Com o afastamento de Suharto, parecia que se estava a abrir um espaço democrático na Indonésia. Fundaram-se novos partidos políticos, a imprensa rigorosamente controlada beneficiou de uma liberdade sem precedentes, e as regiões começaram a exigir uma maior autonomia. Alguns dos oficiais mais manifestamente corruptos foram demitidos, e as estruturas políticas mais repressivas do regime de Suharto começaram a desintegrar-se. A questão crucial logo foi levantada: o que, exactamente, substituiria o antigo regime? Enquanto que alguns dos novos partidos políticos defendiam o fim do *dwifungsi*, no qual as forças armadas têm um papel político e social, administrando a Indonésia através da sua presença em todos os níveis da sociedade, outros concentravam-se nas questões regionais. Foram criados partidos com base numa lógica de facção – apresentando programas islâmicos ou propondo um progresso económico para grupos específicos. Inicialmente as propostas de mudança centravam-se na reforma parlamentar – reduzindo as nomeações militares ao parlamento e assegurando que as leis seriam promulgadas para preparar o terreno para eleições legislativas verdadeiramente abertas e livres. Entretanto, desenvolveram-se novos conflitos em várias frentes: entre regiões e o governo de Jacarta (não só em Aceh e Irian Jaya, mas também em Kalimantan, Sulawesi, e até nas ilhas Riau); entre grupos étnicos (mais notavelmente entre *dayaks* e *madureses* em Kalimantan); e entre comunidades religiosas (cristãos e muçulmanos em Ambon). Estes conflitos têm sido por vezes acompanhados por ataques à população chinesa em muitas zonas urbanas (mais notavelmente durante os distúrbios anteriores ao afastamento de Suharto). Exacerbados pela crise económica, os conflitos têm sido manipulados por diversos grupos políticos e facções no seio das forças armadas, que seguem os seus interesses seccionais. Enquanto a Indonésia cambaleava de um conflito para outro durante os meses pós-Suharto, e era governada por uma elite aparentemente incapaz de melhorar os níveis de vida, mas que prometia que tudo ficaria bem depois das eleições nacionais agendadas para Junho de 1999, quais eram os efeitos destas dramáticas mudanças em Timor-Leste?

O efeito mais imediato foi o afastamento do odiado general Prabowo. Confrontado com a ameaça de um processo judicial devido ao seu envolvimento no desaparecimento e tortura de estudantes adversários do regime de Suharto, Prabowo foi vergonhosamente despromovido, ficando a dirigir a Academia Militar Bandung, após o que abandonou o país para um exílio voluntário na Jordânia. Isto conduziu a um rápido declínio das actividades paramilitares e dos *preman* em Timor-Leste, e à transferência provisória daqueles que estavam mais intimamente envolvidos nas operações secretas de Prabowo em Timor-Leste. Proporcionou também uma abertura limitada, aproveitada pelo

movimento independentista. Em Junho, Julho e Setembro, tiveram lugar em Díli enormes fóruns de debate, perto da residência do governador, exigindo um referendo sobre o futuro do país. Corajosamente, em Jacarta, timorenses manifestaram-se à porta da prisão de Cipinang, exigindo a libertação de Xanana Gusmão, detido em 1993, e cumprindo uma pena de prisão de vinte anos.

Em Díli, entre Junho e Setembro, houve pouca oposição por parte dos militares a tais acções. Com relatórios de que, devido à crise económica na Indonésia, muitos soldados em Timor-Leste não recebiam os seus salários, vários comentadores insinuaram que a ocupação se estava a tornar demasiado dispendiosa para o Governo de Jacarta<sup>4</sup>. Isto poderá ter tido alguma influência na declaração bastante surpreendente feita pelo Presidente Habibie em Junho de 1998, que dizia que o seu governo estava disposto a oferecer um «estatuto especial» a Timor-Leste dentro da República Indonésia. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Ali Alatas, especificou esta oferta em Agosto ao propor uma «autonomia de grande alcance», que excluiria «apenas as áreas dos Negócios Estrangeiros, da Defesa e das Finanças». Uma vez que isto deixaria muito pouco aos timorenses para administrar, a rejeição por parte de todas as principais figuras do movimento independentista não constituiu uma surpresa. A questão mais pertinente é, talvez, o porquê desta oferta por parte do governo indonésio? Sem dúvida que os custos poderão ter aumentado, mas as forças armadas angariavam grandes somas de dinheiro em Timor-Leste, o que poderia financiar a continuação da sua presença no território se assim o desejassem. O anterior Presidente Suharto, os membros da sua família, e quase todos os principais generais que serviram em Timor-Leste tinham lucros substanciais – e nalguns casos o monopólio – em todos os sectores da economia timorense – madeira, mármore, café, sândalo e petróleo<sup>5</sup>.

A principal razão da decisão de Habibie foi provavelmente a sua determinação tanto em se distinguir de Suharto, como em tentar estabelecer-se como uma figura internacional. Nunca teve qualquer envolvimento pessoal na política de Timor-Leste a não ser a de seguir as ordens de Suharto, e o que poderia ser melhor do que uma política que eventualmente lhe granjearia um importante reconhecimento internacional, assim reforçando a sua posição como candidato às eleições presidenciais de 1999<sup>6</sup>. De facto, isto parece ser o que os consultores do seu think-tank, o icmi, lhe estariam a dizer na altura<sup>7</sup>.

No final do ano de 1998 tudo apontava para que o efeito da crise da Indonésia, com o resultante derrube de Suharto, estaria a criar condições que ajudariam o movimento a favor da independência de Timor-Leste.

Em Díli, contudo, apesar da relativa «abertura» dos últimos meses, o cenário em construção era substancialmente diferente. O seu artífice foi o governador Abílio Osório Soares, que emitiu uma breve declaração estabelecendo que todos os funcionários públicos que não apoiassem a integração de Timor-Leste na Indonésia deveriam demitir-se voluntariamente, caso contrário seriam despedidos. E à medida que os protestos contra esta declaração começaram a ganhar força, o comandante militar da Indonésia de Leste avisou, de uma forma bastante sinistra, que «existe um limite para a nova era de abertura [...], um limite à nossa tolerância»<sup>8</sup>. Uma semana depois, as pessoas que viviam perto da base militar em Atambua – a cidade indonésia mais próxima da fronteira timorense – registaram um afluxo massivo de militares e novos recrutas de Timor Ocidental, que atingiam cerca de cinco mil. Estabelecidos em campos, aí foram treinados, e entraram em

Timor-Leste em grupos durante os três meses seguintes. Mais importante ainda, a 4 de Novembro, outro grupo de soldados – cerca de quatrocentos – chegaram ao porto vizinho de Atapupu, vindos de Java. Eram tropas de elite da unidade de Forças Especiais da Kopassus. Alguns deles trocaram os seus uniformes pelas roupas típicas dos timorenses, e atravessaram a fronteira. Os restantes começaram a transportar armas para os distritos ocidentais de Timor-Leste – Maliana, Balibo e Covalima.

Tudo isto dava a sensação de que, independentemente das decisões que estavam a ser tomadas por Habibie e os seus ministros e consultores em Jacarta, sobre a autonomia e as suas diversas formas, grupos importantes no seio das forças armadas indonésias tinham já começado a executar os seus próprios planos para o futuro de Timor-Leste.

### **Da autonomia ao referendo**

A 27 de Janeiro de 1999, o Governo indonésio anunciou que se o povo timorense não estava disposto a aceitar a «autonomia de grande alcance» já proposta, então o Governo pediria à Assembleia Consultiva do Povo da Indonésia, durante a sua próxima sessão, para «libertar Timor-Leste». Aparentemente surpreendido pela convicta rejeição da anterior proposta, tanto por parte do bispo Belo como de Xanana Gusmão, e pela moderada reacção internacional a esta proposta, Habibie decidira ir mais longe. «Provarei ao mundo que posso dar uma importante contribuição para a paz mundial com a autoridade delegada pela nossa Constituição. Rolará como uma bola de neve, e ninguém a poderá parar», afirmou<sup>9</sup>. A conselheira presidencial para a política externa, Dewi Fortuna Anwar, acrescentou que Habibie estava farto da contínua condenação internacional: «Porque é que temos de manter Timor-Leste se isso nos está a prejudicar e os timorenses estão infelizes com a situação?», afirmou<sup>10</sup>.

A ideia de que de alguma maneira Timor-Leste poderia ser «liberto», sem qualquer noção de como isto poderia ser feito, e sem qualquer referência aos meios através dos quais os timorenses poderiam escolher aceitar ou não a autonomia, ou sem qualquer consulta às Nações Unidas, que tinham apoiado as conversações entre Portugal e a Indonésia sobre a anterior proposta de autonomia, reforçava a opinião de que Habibie estava desesperado para dar a sua «contribuição». No entanto, agarrando-se às suas promessas, Portugal, as Nações Unidas, e os líderes do movimento independentista defenderam que para terem algum significado, estas teriam de ser mais específicas. Daí surgiu a ideia de uma «consulta popular» e, eventualmente, um referendo, no qual os timorenses poderiam dizer sim ou não à autonomia. Se eles a rejeitassem, poderiam então «fazer uma petição» ao mpr para abandonar a República. Depois de concluir a questão, Habibie defendeu que, seja qual for a constituição do próximo governo, este teria de honrar o resultado do referendo: «O próximo presidente tem de o fazer». E acrescentou: «Nós não queremos ser sobrecarregados com o problema de Timor-Leste depois de 1 de Janeiro de 2000»<sup>11</sup>. Em novas conversações com as Nações Unidas e Portugal foi acordado que o referendo se faria através de uma «votação directa», e vários governos ofereceram-se para enviar tropas e fornecer ajuda financeira para uma força de manutenção da paz das Nações Unidas. Parecia assim que a opinião presidencial tinha prevalecido e que as condições políticas na Indonésia haviam originado um voto sobre a independência – já que este seria o resultado lógico se a autonomia fosse rejeitada.

Porém, tal resolução não tinha levado em consideração a posição dos políticos e das forças armadas indonésias na altura do acordo. Os partidos políticos estavam a formar-se,

consolidar-se e a fazer campanha para as primeiras eleições nacionais pós-Suharto, que teriam lugar a 7 de Junho. Reagindo à declaração de Habibie em Timor-Leste, Megawati Sukarnoputri, a líder do partido mais popular, o Partido Democrático Indonésio-Luta (pdi-l), defendeu que a consulta era uma ameaça à unidade nacional, e que Timor-Leste deveria ter o mesmo estatuto que as outras províncias. Rejeitando a ideia de um referendo, concluiu que «o governo de Habibie é apenas um governo de transição que não foi eleito pelo povo [...]. Seria melhor que decisões como a de Timor-Leste e a da autonomia regional fossem tomadas pelo próximo governo»<sup>12</sup>. Esta declaração forneceu o indício claro de que, apesar de todos os compromissos, Timor-Leste era um peão no jogo político indonésio, que poderia ser usado para desacreditar Habibie, e – mais perigosamente – como um pretexto para agitar sentimentos nacionalistas. Ambos estes cenários seriam efectivamente explorados nos meses seguintes, em detrimento de Timor-Leste. Megawati, em particular, explorou-os para obter apoios para a sua vitória eleitoral em Junho, quando o seu partido obteve um terço da votação popular. Da mesma forma, Aburrahman Wahid, líder do Partai Kebangkitan Bangsa (pkb – o Partido do Despertar Nacional), que ficou em terceiro lugar nas eleições com um décimo dos votos, preferiu a integração – por causa da unidade nacional e da possibilidade de uma coligação com o pdi-l. Claramente, Timor-Leste seria sacrificado em nome de benefícios eleitorais de tipo paroquial.

No entanto, as críticas mais severas vieram de vários chefes das forças armadas. Para desacreditar Habibie, generais como Wiranto, comandante das forças armadas e ministro da Defesa, afirmariam mais tarde que o Presidente não os tinha consultado antes de tomar a decisão. Isto não é verdade. O assunto foi discutido entre os principais conselheiros presidenciais, e com o ministro dos Negócios Estrangeiros Alatas, antes de ser anunciado. No entanto, o caso era que muitos deles estavam furiosos com a decisão, e mal conseguiam conter a sua raiva em público. Um dos conselheiros mais íntimos de Habibie, o tenente-general Sintong Panjaitan, comentou: «É a decisão do próprio Presidente». Cada vez que Habibie aparecia em público para fazer declarações sobre Timor-Leste, era rodeado por generais cujo comportamento era calmo, mas manifestamente desdenhoso. Contudo, em relação a uma decisão eles pareciam estar satisfeitos: o anúncio feito em Nova York a 5 de Maio de 1999, no âmbito da assinatura dos acordos entre Portugal, a Indonésia e as Nações Unidas, de que as forças armadas indonésias seriam responsáveis pelos aspectos relativos à segurança do referendo sobre a proposta de autonomia, antes, durante e depois da sua realização. Isto era particularmente agradável para o general Dimiri, Comandante Militar da região da Udayana (Indonésia Oriental), que tinha feito uma vigorosa pressão durante vários meses para que a Indonésia desempenhasse precisamente esse papel. No preciso momento em que o Presidente da Indonésia, o Secretário-Geral das Nações Unidas e os ministros dos Negócios Estrangeiros dos principais governos da comunidade internacional se congratulavam em público por ter sido possível chegar-se a um acordo para o enquadramento do referendo sobre o futuro de Timor-Leste, facções do exército indonésio estavam já a subverter os seus pressupostos. Não admira pois que Dimiri sorrisse, tal como outros membros de um projecto secreto denominado «Operasi Sapu Jagad» (literalmente: Operação Limpeza Global).



### **A campanha paramilitar**

O movimento das tropas da Kopassus e de paramilitares treinados para Timor-Leste, em Novembro de 1998, marcou o início da Operasi Sapu Jagad. Enquanto que alguns membros dirigentes das forças armadas estavam dispostos a aceitar as políticas de Habibie para Timor-Leste, poderosas facções estavam determinadas a prejudicá-las, considerando a integração de Timor-Leste como irreversível. Os generais mais antigos que desempenhavam papéis activos incluíam o tenente-general Tyasno, chefe dos serviços secretos militares, o seu predecessor o tenente-general Zacky Anwar Makarim, e general Adam Damiri, comandante do comando militar da Udayana que incluía Timor-Leste. Este grupo era fortemente apoiado pelos influentes generais já reformados Tri Sutrisno e Benny Murdani, tendo o último estado intimamente envolvido nas operações em Timor-Leste desde 1974. Apesar do seu exílio, o demitido tenente-general Prabowo estava informado de todas as fases da campanha. O tenente-general Yunus Yosfiah, ministro da Informação no gabinete de Habibie, também desempenhou um papel activo. Tal como é bem sabido, Yosfiah está profundamente implicado no assassinato de cinco jornalistas britânicos, australianos e neozelandeses em Timor-Leste em Outubro de 1975. Os comandantes militares locais decisivos eram os tenentes-coronéis Asep Kuswanto em Liquiçá, Burhanudin Siagan em Bobonaro, Muhammed Nur em Emera e coronel Mudjino, vice-comandante de Díli.

Os objectivos da Operasi Sapu Jagad eram os de descrever Timor-Leste como um território devastado pela guerra civil e desta forma incapaz da autogestão, sabotar o referendo e eliminar os membros locais do movimento a favor da independência.

As tropas da Kopassus tiveram um papel fundamental na campanha, recrutando membros de grupos paramilitares de Timor Ocidental, Flores e Java. Os comandantes de Timor-Leste expandiram os grupos de milícias preman actuando a partir de postos militares, nomeadamente nas regiões ocidentais. Covalima, no sudoeste, foi escolhida como um teste para a campanha. No princípio de Fevereiro, pouco depois da confirmação oficial da política de Habibie, a cidade foi atacada, e foi construído um campo nos terrenos da igreja. A população estava aterrorizada e fugiu para o vizinho Suai. Na mesma altura, a 2 de Fevereiro, um pequeno grupo de paramilitares atacou Maubara, na costa norte, visando os líderes do movimento a favor da independência. A 24 de Fevereiro, grupos deslocaram-se para Díli, disparando sobre uma manifestação independentista e matando três pessoas. Após um ataque dos paramilitares na aldeia de Guiso, perto de Maubara, mil e seiscentas pessoas fugiram para as montanhas pois os paramilitares capturaram e mataram habitantes, antes de ocuparem a aldeia.

À medida que surgiam diferentes grupos paramilitares, estes adoptavam novos nomes, Besi Merah Putih (Ferro Vermelho e Branco), Mahidi (Morto ou Vivo pela Indonésia), Aitarak (Espinho), e Darah Merah (Sangue Vermelho). Eles coordenaram as suas tácticas numa estrutura de comando denominada Milisi Pro-otonomi, chefiada por João Tavares, um colaborador da Kopassus de há longa data, tendo como adjunto o comandante Aitarak Eurico Guterres. Começaram a ser distribuídos folhetos por todo o território que avisavam que tinham sido elaboradas listas de morte, e que esquadrões da morte preparavam-se para ir de aldeia em aldeia eliminar os apoiantes da independência. Em Março, oficiais da Kopassus forneceram dois milhões de dólares para financiar as operações paramilitares. Enquanto isso, o Ministério dos Negócios Estrangeiros indonésio organizava uma série de seminários para os chefes das milícias sobre a arte das

relações públicas, incluindo como responder a questões delicadas colocadas por jornalistas estrangeiros. Uma das sessões de Março realizou-se no hotel de quatro estrelas Bali Padma em Bali, o que custou aos contribuintes indonésios sessenta mil dólares<sup>13</sup>. Depois de terem clarificado as suas operações, os paramilitares alargaram a sua campanha. A sua primeira grande operação começou no sub-distrito de Liquiçá a 4 de Abril, numa aldeia chamada Dato. Membros da Besi Merah Putih (bmp) atacaram a aldeia, conhecida como sendo fortemente favorável à independência. Apoiados por tropas indonésias, assassinaram cinco pessoas e incendiaram doze casas. A maioria do povo da aldeia fugiu para Liquiçá, onde duzentos encontraram refúgio na igreja. A 6 de Abril, uma força bmp ainda maior, apoiada por soldados do Batalhão 142 e por brigadas móveis da polícia, e chefiada por Eurico Guterres, começou a disparar sobre a igreja, para dentro da qual lançaram uma granada de gás lacrimogénico. À medida que as pessoas fugiam do templo eram apunhaladas com facas e machetes, mutiladas ou baleadas até à morte. O agricultor José Ramos foi agarrado por dois polícias que empunhavam machetes. «Um cortou o meu polegar direito e quando eu caí o outro chicoteou-me nas costas. Consegui levantar-me e correr para a floresta»<sup>14</sup>. O sacerdote da paróquia, o padre Rafael dos Santos, afirmou que «o objectivo deles era o de matar todas as pessoas que estavam na igreja. Havia sangue por todo o lado, e o meu quarto estava cheio de sangue»<sup>15</sup>. Quando a matança terminou, havia cinquenta e sete mortos, trinta e cinco feridos e catorze desaparecidos. Tal como afirmou uma das vítimas, Miguel Pereira dos Santos, deitado na sua cama de hospital, e que tentava pressionar o buraco de bala que tinha nas costas: «Eles querem desestabilizar Timor-Leste de maneira tal que não se possa realizar a consulta»<sup>16</sup>.

Onze dias depois, Díli tornou-se o alvo seguinte da Operasi Sapu Jagad. Realizou-se um comício frente ao gabinete do governador. Organizado pela Milisi pro-Otonomi, nele estiveram presentes o comandante militar de Timor-Leste, coronel Tono Suratnam, e o chefe da polícia, coronel Timbul Silaen. A seguir ao comício, os paramilitares atacaram casas de pró-independentistas, antes de se dirigirem para a residência de Manuel Carrascalão, outrora membro da Assembleia Provincial de Timor-Leste, mas que nos últimos meses se tinha tornado um notório independentista. Cerca de cento e setenta pessoas haviam procurado refúgio no jardim de Carrascalão. Foram atacados, e muitos foram mortos, incluindo o filho de Carrascalão, de 17 anos de idade.

Em Ermera, a 7 de Abril, começou uma prolongada campanha paramilitar tendo por alvo os membros do movimento a favor da independência. Após duas semanas do início da campanha, o sacerdote local, padre Sancho Amaral, contou a um jornalista visitante: «Todos os dias levam pessoas para serem interrogadas e espancadas. Elas têm de mudar-se todas as noites e ninguém pode discutir nada abertamente». Sete líderes do cnrt<sup>17</sup> foram assassinados. «Foram todos mortos por soldados ou por tropas territoriais leste-timorenses», afirmou o padre Amaral<sup>18</sup>.

Com os grupos paramilitares a espalharem-se em direcção a leste por todo o território, milhares fugiram para as montanhas, muitos foram apanhados e reunidos em campos controlados pelos paramilitares. No princípio de Abril, os grupos de direitos humanos leste-timorenses afirmaram que dezoito mil pessoas tinham já sido deslocadas. No fim de Maio, um voluntário internacional afirmou que o número tinha atingido as cinquenta e quatro mil pessoas e que muita da população deslocada estava dependente das milícias em relação à comida: «Se não for a favor da autonomia, não recebe a sua parte»,

afirmou<sup>19</sup>. Enquanto a Comissão de Paz e Justiça sediada em Díli informava que os grupos paramilitares pró-integracionistas estavam a elaborar listas de militantes das organizações independentistas, a 4 de Junho a Missão das Nações Unidas em Timor-Leste (unamet) erguia a sua bandeira na capital, iniciando os preparativos para o referendo sobre o futuro de Timor-Leste, programado para 8 de Agosto. Entre os presentes estava o consultor militar superior que fazia parte da equipa do referendo do governo indonésio, cuja função era a de manter o contacto com a unamet – este «consultor» era nada mais nada menos do que o tenente-coronel Zacky Anwar Makarim, a autoridade máxima da Operasi Sapu Jagad.

### **As Nações Unidas**

Dizer que a unamet tinha uma tarefa difícil na organização do referendo é manifestamente insuficiente. A missão era pequena (duzentos e quarenta e um membros internacionais das Nações Unidas, quatrocentos e vinte voluntários, com uma força policial não armada de duzentos e oitenta polícias civis, e cinquenta oficiais militares de ligação), sendo a maior parte do pessoal – quatro mil – recrutado localmente. O acordo de 5 de Maio, que concluía os pormenores para a organização do referendo, exigia de forma tímida a «necessidade das autoridades indonésias cooperarem com a unamet, dados os níveis crescentes de violência», mas deixava a responsabilidade da criação de um «ambiente seguro isento de violência» nas mãos da força policial indonésia, que deveria usar de «neutralidade absoluta». Insistindo na perspectiva mais gradualista de «trazer os grupos civis armados sob um rigoroso controlo e disciplina», a Indonésia rejeitou um pedido do Governo português para que o exército indonésio desarmasse as milícias o mais depressa possível.

A missão das Nações Unidas logo teve uma amostra da vastidão dos problemas que enfrentava. Quatro dias depois da sua chegada realizaram-se as eleições nacionais indonésias. Chegaram informações de várias cidades – mais nomeadamente Liquiçá – de que tanto as tropas indonésias como os paramilitares tinham ordenado à população que formasse filas e se dirigisse às urnas para votar.

A 22 de Junho, a recém-criada organização política que servia de protecção à Milisi Pro-Otonomi, o «Forum para a Unidade, Democracia e Justiça», exigiu que toda a equipa da unamet fosse substituída, visto que eram todos anti-integracionistas.

Durante o mês de Junho, a violência paramilitar intensificou-se. A escolha de vários incidentes indica o ambiente em que os responsáveis da unamet tiveram de actuar. Em meados de Junho, o chefe da unamet, Ian Martin, e outros oficiais passavam por Leotela, uma aldeia trinta quilómetros a oeste de Díli, quando encontraram membros da milícia Besi Merah-Putih a espalhar gasolina sobre casas, a assaltar um velho e a expulsar o povo da aldeia das suas casas. Martin protestou, o incidente foi largamente denunciado, mas ninguém foi detido e a actividade da milícia não foi interrompida<sup>20</sup>. Em Junho, Eurico Guterres, chefe da milícia Aitarak, foi nomeado comandante de uma recém-criada guarda de defesa civil em Díli, a pam Swakarsa, cujo objectivo era auxiliar a polícia indonésia a garantir a ordem. A nomeação foi apoiada pelo coronel Timbul Silaen, o chefe da polícia de Timor-Leste. Os ataques paramilitares aos serviços da unamet em Maliana e Viqueque no final de Junho provocaram a retirada do pessoal da onu de ambos os locais. O escritório de Maliana foi atacado por cerca de cem membros da milícia Darus, armados com paus e pedras. O edifício ficou gravemente danificado, um responsável da onu ficou

ferido e vários leste-timorenses refugiados no edifício foram levados para o hospital com graves ferimentos<sup>21</sup>. Uma semana mais tarde, um comboio de camiões que transportava abastecimentos e pessoal médico a milhares de pessoas deslocadas detidas nos subdistritos de Liquiçá, foi atacado pela milícia Besi Merah-Putih quando regressava a Díli. Três dos camiões foram confiscados por uma brigada policial móvel, e os condutores foram ordenados para os levarem para uma zona próxima onde se estava a preparar um ataque a guerrilheiros da Falintil. No caminho, os camiões foram emboscados por um grupo paramilitar, que espancou os condutores enquanto a polícia observava.

À medida que tais ataques por parte dos paramilitares aumentavam, o Secretário-Geral da onu, Kofi Annan, adiou por duas vezes o referendo, de 8 para 21, e depois para 30 de Agosto. Finalmente, o recenseamento teve lugar a 16 de Julho. Na tarde do dia 13, a Força Aérea indonésia encenou um espectáculo de poder militar, para mostrar quem é que estava efectivamente no comando. O Hawk de construção inglesa passou rente aos telhados dos principais edifícios de Díli<sup>22</sup>. A 6 de Agosto, fontes da Igreja em Timor-Leste informaram que os ataques das milícias tinham feito entre cinco a seis mil mortos nos últimos seis meses, e que oitenta mil pessoas eram deslocadas. Numa conversa telefónica com um colega fora do país, o bispo Belo declarou: «Tenho más notícias. Eles (os paramilitares) estão clara e abertamente a distribuir armas em Baucau, em Laga e outros locais. Estão a colocar os timorenses uns contra os outros. Parece o inferno. Em Alas, Suai e outras zonas mais afastadas, as pessoas são ameaçadas pelas milícias, em conjunto com a Kopassus. À noite, principalmente, eles invadem as casas e pressionam as pessoas a votar contra a independência.

Uma semana antes do referendo, Eurico Guterres discursou num comício pró-integração em Díli, ao qual assistiram cerca de quinze mil pessoas, o líder da Aitarak decidiu que se Timor-Leste votasse pela independência se «tornaria um mar de fogo». Na véspera da votação, um alto oficial de campo da onu informou a partir de Maliana que soldados indonésios tinham armazenado quatrocentas espingardas automáticas M-16, e que em cooperação com paramilitares locais o seu comandante tinha planos para bloquear estradas, cortar as comunicações e a electricidade, e levar a cabo perseguições contra qualquer pessoa que votasse pela independência.

Estas acções e declarações indicavam um novo rumo para a campanha paramilitar. Um dos seus objectivos iniciais, o de perturbar o referendo, na esperança de este ser cancelado ou repetidamente adiado, tinha falhado. Quase todos aqueles envolvidos nos preparativos do referendo tinham chegado à conclusão que se iria realizar uma votação, e que seria a favor da independência. Nesta altura, o principal objectivo era o de provocar mais conflitos e de apresentar a imagem de um território incapaz de se governar a si próprio. Se isto falhasse então a solução final entraria em acção – destruir a maior parte das zonas centrais e orientais do território, transferir um número significativo de pessoas para zonas ocidentais, e exigir a divisão do país, criando um Estado tampão pró-integracionista.

### **Votando pela independência**

Num comício realizado a 25 de Agosto, um quadro superior do movimento independentista, Leandro Isaac, afirmou: «Durante os últimos vinte e três anos, o povo de Timor-Leste tem sido assassinado, aterrorizado e intimidado para se calar. Agora é a

nossa oportunidade de mostrar ao mundo que não queremos nada com a Indonésia». Na noite anterior ao referendo, José Andrade, um líder local do cnrt, falando com um jornalista numa sala escura da sede entabuada do cnrt em Maliana, expressou os mesmos sentimentos. Numa cidade decorada com insígnias pró-integracionistas, afirmou: «Sim, existem muitas bandeiras indonésias nas cidades e nas aldeias, e sim, parece não estarmos a fazer nada. Mas quando aqueles que fazem parte da nossa campanha saem e falam ao povo eles ouvem que o povo deseja a independência. Ontem à noite tentaram forçar a entrada, raptar-me e queimar tudo. Mas estou convicto de que Jacarta terá um despertar chocante quando os resultados forem anunciados<sup>23</sup>».

O «despertar chocante» começou cedo na manhã seguinte em Maliana. A madrugada chegou com um «cenário extraordinário e inspirador». No campo em frente ao gabinete da onu, milhares de pessoas reuniram-se muito antes da abertura das urnas às seis e meia da manhã. Caminharam durante horas, descalços ou com sandálias de borracha, e muitos deles tinham cortes nos pés e tornozelos que estavam a sangrar. Por vezes o nível de afluência era esmagador. Considerando Timor-Leste como um todo, às treze horas, quatro em cada cinco dos quatrocentos e cinquenta mil votantes tinham comparecido; no final do dia a onu calculava a afluência em mais de 90 por cento<sup>24</sup>. De facto, a afluência foi de 98,5 por cento, e quando a contagem terminou, a 4 de Setembro, foi anunciado que trezentos e quarenta e quatro mil pessoas, ou seja 78 por cento, tinham rejeitado a autonomia e votado pela independência.

«Estamos felizes mas assustados», afirmou um agricultor na aldeia de Memo, «com medo de que as milícias continuem a guerra»<sup>25</sup>. «Não se preocupem com o que irá acontecer depois do referendo», os monitores das Nações Unidas foram avisados para informar cada timorense não só de como votar mas também que as Nações Unidas iriam permanecer no território depois do referendo.

### **Traição**

Para a vasta maioria dos timorenses, o referendo foi uma notável proeza. Durante anos eles lutaram pelo direito de decidirem o seu futuro. Isso mesmo tinha sido reconhecido pela comunidade internacional, e levado a cabo num referendo pelas Nações Unidas – a organização que representa essa comunidade. O preço da votação tinha sido elevado – cinco a seis mil pessoas tinham sido mortas por paramilitares desde a declaração de Habibie, outros milhares tinham fugido de suas casas e muitos estavam ainda detidos pelos paramilitares em campos. Não obstante tudo isto, estavam determinados a exercer o seu direito. Muitas vezes tinham ficado desiludidos com a comunidade internacional, cujos membros tinham ignorado e negado durante anos os relatórios constantes das brutalidades indonésias. Muitos governos tinham reconhecido «a realidade» da integração, e alguns tinham treinado o exército indonésio para combater em Timor-Leste, fornecendo-lhe as armas para o fazer. Ainda assim, a maioria dos timorenses acreditava nas promessas das Nações Unidas e nas garantias públicas dadas pela comunidade internacional de que o Governo indonésio aceitaria o resultado, terminaria o seu apoio aos paramilitares, e retiraria as suas tropas. A rádio pública instalada pela unamet tinha repetido constantemente esta garantia, todos os monitores da onu que supervisionavam o recenseamento e a votação tinham-no afirmado de forma clara e inequívoca, e, embora não existissem indícios de quaisquer planos de implementação destas garantias, a maioria dos timorenses esperava ter alguma protecção. Afinal, o artigo 7.º do acordo de 5 de

Maio estabelecia que «durante o período interino entre a consulta e o início da implementação de um ou outro resultado, os partidos pedem ao Secretário-Geral para manter uma presença conveniente das Nações Unidas em Timor-Leste».

Logo se tornou evidente que a protecção era necessária. A 1 de Setembro, a unamet foi informada de ataques em muitas zonas a apoiantes da independência, particularmente em Ermera, Aileu, Maliana e Díli. Na capital, surgiram paramilitares usando camisolas pretas estampadas com a palavra «Aitarak», que começaram a disparar sobre qualquer pessoa que encontrassem. Atacaram a sede da unamet, queimando casas vizinhas alugadas ao pessoal da onu. Trezentos refugiados da anterior violência das milícias que estavam junto à base da onu fugiram em pânico para o recinto da Organização. Muitas pessoas foram atacadas e mortas nas ruas. Um operador de câmara americano relatou: «Vi um homem ser atingido com uma espingarda. Caiu no chão e cinco ou seis pessoas atacaram-no com machetes. Estava já morto quando as últimas duas pessoas se juntaram»<sup>26</sup>. Jornalistas e funcionários das Nações Unidas refugiaram-se no recinto da onu. Enquanto um grupo entrava, viram um jovem timorense ser atacado pelas milícias. «Encurralado e armado apenas com duas pequenas pedras foi brutalmente pontapeado e depois abatido à queimadura com um tiro na cabeça. O seu corpo foi depois cortado aos bocados com um machete»<sup>27</sup>. Tais acontecimentos repetiram-se em Díli durante a semana seguinte, acompanhados por incêndios e pilhagens às casas e aos escritórios.

Fora de Díli, e em particular nas zonas ocidentais, a situação era pior. Em Maliana, Ermera, Aileu e Oecussi, os monitores da onu eram obrigados a abandonar os seus escritórios e regressar a Díli. Na aldeia de Gleno, vinte e seis quilómetros a sul de Díli, observadores relataram que a maioria das casas estava a arder. Grupos paramilitares bloquearam as estradas em todo o território e reforçaram o seu controlo sobre os campos em que tinham reunido as populações locais.

Em Maliana as milícias cercaram a sede da onu e mataram dois funcionários locais com machetes. Dois dias depois do referendo vinte pessoas tinham morrido e duzentas casas estavam a arder. Em Suai as milícias lançaram granadas para dentro da igreja e depois dispararam indiscriminadamente para o seminário. A irmã Mary Barudero afirmou que o jovem padre Dewanto foi o primeiro a morrer: «Os homens das milícias alinharam-se em frente à velha igreja de madeira, cheia de refugiados. Os paroquianos observaram o jovem jesuíta indonésio enquanto ele saía. Uma rajada de tiros matou-o. A seguir foi o padre Francisco. Os homens esperaram pelo padre Hilário, o sacerdote mais velho. Como ele não apareceu, derrubaram a porta da sua sala de leitura e pulverizaram-no com tiros de armas automáticas»<sup>28</sup>. Na igreja morreram cerca de cem pessoas.

Seis dias após o referendo, pouco restava de Díli e a maior parte da sua população ou tinha fugido para as montanhas ou tinha sido transportada pelos paramilitares em camiões ou em barcos que partiam do porto de Díli em direcção a Timor Ocidental. Tal como tinha acontecido durante a invasão de 1975, as pessoas eram executadas no cais, e em zonas de Díli fortemente independentistas, como por exemplo Becora. Um jornalista português descreveu Díli como «uma cidade-fantasma. Está tudo destruído, não apenas as casas mas também os edifícios, as lojas, tudo. Os únicos timorenses que se vêem estão nos camiões da polícia. É horrível. Díli está morta»<sup>29</sup>. O líder paramilitar Hermínio da Silva Costa afirmou que iriam incendiar Timor-Leste e recomeçar a partir do zero<sup>30</sup>. Calculava-se que o número de timorenses obrigados a ir para Timor Ocidental era de mil por hora, e a 6 de Setembro foi atacado o que muitos comentadores chamavam de «o

último santuário». Como consequência dos primeiros assassinatos em Díli, três mil refugiados tinham procurado abrigo em casa do bispo Belo. Na manhã do dia 6, este local foi atacado por uma força conjunta de milícias e soldados indonésios. A residência do bispo Belo foi queimada e centenas de pessoas foram levadas. Trinta e nove foram dadas como mortas. Enquanto o bispo era levado pela polícia para um helicóptero com destino a Baucau, na porta ao lado, a sede local do Comité Internacional da Cruz Vermelha foi submetida a uma barreira de tiros automáticos, disparados sobre as cabeças de mil e quinhentos refugiados durante duas horas. Depois, os atacantes invadiram-na, apontando as suas armas às mulheres e às crianças que foram obrigadas a sair e destas, duzentas foram levadas para um destino desconhecido<sup>31</sup>. Enquanto a sede da Cruz Vermelha era atacada, os paramilitares foram de casa em casa, arrastando aqueles que eram suspeitos de serem apoiantes da independência. No fim deste dia, os responsáveis da onu calculavam que, desde o referendo, cento e cinquenta mil pessoas tinham procurado refúgio em escolas, igrejas e edifícios públicos, vinte e cinco mil das quais em Díli. Devido ao número crescente de refugiados que chegavam à sede da unamet, um comboio da onu partiu na manhã do dia 8 de Setembro em direcção ao seu armazém que se situava no porto para ir buscar mantimentos e água, uma vez que a sede apenas tinha o suficiente para as próximas vinte e quatro horas. O comboio foi acompanhado por dois camiões de soldados indonésios. Quando chegou ao armazém, as milícias abriram fogo. Investiram sobre o comboio, batendo com bastões, paus e machetes nas janelas. Visto que os soldados recusaram qualquer auxílio as milícias gritaram: «Vão-se embora agora ou cortaremos as vossas gargantas»<sup>32</sup>. Foi este incidente que finalmente convenceu o chefe da unamet, Ian Martin, que os seus funcionários corriam perigo de vida e que deveriam ser evacuados. Mas ao ser confrontado com a possibilidade de uma revolta dos membros do seu staff, os quais se recusavam a deixar para trás os refugiados na sede, Martin adiou a partida durante vinte e quatro horas e começou a negociar a saída destes para Darwin. A 10 de Setembro, mesmo com a presença ameaçadora de soldados indonésios e homens das milícias armados com granadas, centenas de funcionários da onu fugiram através das ruas queimadas de Díli em direcção ao aeroporto, de onde foram evacuados para Darwin. Um jornalista relatou que através das ripas de madeira do camião se poderia vislumbrar Díli completamente transformada. Era como um filme de ficção científica, uma viagem por uma cidade invadida por ladrões de cadáveres. Durante os quinze minutos da viagem até ao aeroporto não se viu uma única pessoa. As lojas estavam entaboadas e fechadas, e as casas silenciosas. Defronte delas estavam centenas de soldados indonésios e membros da milícia Aitarak que se moviam em grupos ou sozinhos. Quando os funcionários e um grupo de mil e trezentos refugiados partiram, as milícias ameaçaram lançar granadas para o recinto. Só se detiveram quando se aperceberam de que um pequeno grupo de corajosos responsáveis da onu também tinha decidido ficar. Esmeralda de Araújo, uma das refugiadas afirmou: «Eles vão matar-nos a todos. Sabemos que as milícias cumprirão as suas promessas, o que significará condenar pessoas inocentes à morte. Quem será responsável pelas nossas mortes?» Depois de ter supervisionado uma «votação livre e justa», a equipa da unamet partiu vergenhosamente e à pressa, deixando o comando nas mãos daqueles que tinham sido derrotados de uma forma tão inequívoca na votação para a liberdade. Tal como afirmou um refugiado que se encontrava no recinto: «Prometeram-nos o Paraíso, mas trouxeram-nos o Inferno». Outro comentou: «Nós confiámos neles. Disseram que tudo ficaria bem – mas isso não aconteceu. Continuámos a pensar que a

força de manutenção da paz viria para nos proteger. Prometeram-nos este referendo e depois foram-se embora»<sup>33</sup>. A 10 de Setembro, com a partida da unamet, estas palavras expressavam o que a maioria dos timorenses sentia como sendo a derradeira traição.

Dispersão e deportação: a crise humanitária

A onu deixou para trás alguns dos funcionários locais sujeitos a represálias. Quando alguns dos funcionários de Baucau tentaram embarcar num avião com os responsáveis da onu, foram impedidos por soldados. Um dos funcionários afirmou que os militares ameaçaram matá-los se entrassem no avião, e de certeza que o fariam. Muitos deles foram levados pelas milícias. Na sede em Díli, uma freira exclamava: «Isto aqui é o Inferno e eu quero gritar a todos para que nos salvem mas parece que ninguém nos ouve». As matanças e os incêndios aumentaram durante a semana seguinte. Alguns dos funcionários da onu mudaram-se para o consulado australiano, um dos poucos edifícios ainda de pé.

Fora de Díli, os paramilitares e os soldados indonésios avançavam em direcção a zonas para onde a população tinha fugido. Uma dessas zonas era Dare, uma aldeia a sul de Díli. Aqui, cerca de trinta mil pessoas, sobretudo mulheres, crianças e idosos, tinham construído barracas e tendas caseiras, na esperança de escaparem à carnificina da capital. A 11 de Setembro surgiu uma coluna de veículos militares que se movia em direcção à aldeia. Um destacamento de mais de cem fuzileiros indonésios surgiram de três camiões, colocaram-se em posição e moveram-se em forma de leque através dos campos. Dispararam sem motivo matando uma mulher. Depois chamaram as mulheres e as crianças para se «renderem»<sup>34</sup>. Foram registados incidentes semelhantes por toda a ilha nas primeiras duas semanas de Setembro, não só a ocidente, mas também em zonas tão distantes como Lospalos, no extremo oriente. O estilo era o mesmo: as povoações eram atacadas, indivíduos assassinados selectivamente, e pessoas obrigadas a atravessar a fronteira para Timor-Leste. Comentadores começaram a usar o termo, «limpeza política». Em meados de Setembro, aproximadamente cento e cinquenta mil estavam detidos em campos paramilitares em Timor Ocidental, e trezentos e trinta mil viviam nas zonas montanhosas de Timor-Leste.

Para aqueles que viviam nas montanhas, a comida, a água e os medicamentos eram escassos. Um timorense de Waimori, uma povoação de cinco pessoas na zona central de Timor-Leste, relatou que todos os dias, a todos os minutos morriam pessoas. A comida que as pessoas levaram tinha sido consumida e não havia água nem medicamentos. «Não há comida e o solo não produz nenhuma»<sup>35</sup>. Nas encostas a sul de Díli, um jornalista que vivia num acampamento com refugiados da cidade relatou: «As provisões de medicamentos estão em alguns casos esgotadas e noutros são escassas. A disenteria e a malária são implacáveis em determinadas zonas, e as infecções do aparelho respiratório superior estão a provocar pneumonias»<sup>36</sup>. Ao medo da morte provocado pelos ataques paramilitares juntava-se agora uma crise humanitária potencialmente enorme, com milhares enfrentando a fome. Não que existisse em todo o lado uma escassez de comida. Embora Díli tivesse sido arrasada, ainda tinha armazéns cheios de sacos de arroz, farinha e óleo para abastecer as tropas indonésias<sup>37</sup>. Quando os soldados indonésios começaram a abandonar Díli no final de Setembro, eles venderam os seus mantimentos a timorenses esfomeados. Vendo isto, um jornalista escreveu: «Um homem segurou um saco de arroz pelo qual pagou cinco libras; deveria ter custado 40 p. Mesmo assim, mãos esfomeadas



esticavam-se por entre as cercas pedindo mais. Um soldado abriu uma caixa de açúcar. Queria oito libras por um saco de quilo que deveria custar uma libra»<sup>38</sup>.

Todavia, a situação mais grave seria talvez a que se vivia em Timor Ocidental. Pouco tempo antes da unamet ter abandonado a sua sede, informou que «milhares» de pessoas estavam a ser deportadas através da fronteira indonésia para Timor Ocidental, por terra, mar e ar. Quando esperavam para partir do aeroporto Comoro a 10 de Setembro, funcionários australianos da onu repararam na chegada de um avião da Garuda, as linhas aéreas indonésias. O que era estranho, uma vez que os voos comerciais tinham cessado dez dias antes. Perguntaram a um soldado o que estava a fazer. Ele respondeu que haveriam três voos da Garuda naquele dia para transportar pessoas para «outras partes da Indonésia». «Não restará nada para eles aqui. Haverão muitos voos»<sup>39</sup>. Enquanto os australianos avançavam para o avião, observaram dúzias de refugiados levados em grupos dos camiões para os aviões. Alguns daqueles que estavam a sair nunca chegaram. Recolhendo declarações junto de refugiados que tinham sido deportados para Timor Ocidental por barco, um observador australiano descobriu muitos casos de timorenses que foram mortos por soldados indonésios e os seus corpos lançados à água. A 6 de Setembro, por exemplo, quatro alegados membros do cnrt foram abatidos a tiro e lançados borda fora de um navio indonésio que transportava refugiados deportados à força para Kupang, a capital de Timor Ocidental. A 13 de Setembro, quinze jovens timorenses foram apunhalados e atirados de um navio de passageiros indonésio, o Pelni Awu, que fazia o trajecto entre Kupang e Denpasar, Bali<sup>40</sup>.

Para aqueles que chegaram a Timor Ocidental, a recepção era a mesma. Eram levados pela polícia e por soldados para campos vigiados por paramilitares pró-indonésios, onde eram «inventariados». A primeira fase deste processo era a «identificação política». Quando as pessoas chegavam, os seus nomes eram comparados com uma lista de vinte mil nomes de conhecidos apoiantes pró-Jacarta. Se estivessem nesta lista, ou se pudessem manifestar o seu apoio à Indonésia, eram colocados de um lado. Os restantes eram levados para campos especificamente montados para apoiantes independentistas<sup>41</sup>. Os responsáveis das Nações Unidas que ficaram em Díli receberam relatórios semelhantes de Timor Ocidental em meados de Setembro. «Temos recebido visitas que dizem que os campos de refugiados estão a ser controlados pelas milícias. As visitas falam de violência, intimidação e execuções nos campos. As milícias chegam aos campos com listas e chamam determinadas pessoas, a maior parte delas jovens, e levam-nos»<sup>42</sup>. Em Kupang, trabalhadores assistentes que regressavam de Atambua falaram de milícias que controlavam os campos, e que diziam estar a prender timorenses como possíveis futuros reféns<sup>43</sup>. O número de pessoas levadas para Timor Ocidental aumentou dramaticamente, de cerca de cento e cinquenta mil em meados de Setembro para um mínimo de duzentos mil no final do mês. Entretanto, o Governo indonésio anunciou que os timorenses residindo nos campos em Timor Ocidental tinham dois meses para decidir se queriam continuar ou não a ser cidadãos indonésios. Se optassem por permanecer na Indonésia poderiam ser realojados noutras zonas do arquipélago<sup>44</sup>. Presumivelmente, se escolhessem ser leste-timorenses eram «independentistas» e teriam de enfrentar as consequências. Para muitos, a transmigração já tinha começado. No fim de Setembro, por exemplo, três mil e seiscentos «refugiados» de Timor-Leste estavam já a viver em escolas, mesquitas e igrejas controladas pela milícia Aitarak em Ujangpadang, nas Celebes do Sul. Ao visitar um campo «sob protecção do exército» em Timor Ocidental

no final de Setembro, um responsável da onu declarou: «Algo está seriamente errado aqui [...] os refugiados parecem aterrorizados e não se vêem crianças a brincar»<sup>45</sup>. A 30 de Setembro, departamentos de assistência em Timor Ocidental registaram duzentos e trinta mil leste-timorenses em mais de vinte e oito campos.

«Duas semanas de atraso»

Perante condições tão terríveis, e atrocidades registadas diariamente, os pedidos para que as Nações Unidas enviassem uma força militar para Timor-Leste e distribuíssem comida e medicamentos intensificaram-se. A cobertura jornalística dos acontecimentos antes, durante e depois do referendo provocou um apoio muito difundido à causa timorense e um horror crescente pelas acções dos paramilitares. Até à evacuação da unamet, tinham estado sediados em Díli aproximadamente quatrocentos jornalistas. Os pedidos iniciais para a intervenção foram rejeitados pela maioria dos governos. A 2 de Setembro, o ministro dos Negócios Estrangeiros neozelandês, Don MacKinnon, sugeriu que um grupo regional de países poderia «montar uma operação de apoio para evitar que o país atingisse o caos e parar a matança», à qual o Governo australiano respondeu com desdém: «Para quem ainda não percebeu a mensagem, a Austrália não tem intenções de invadir a Indonésia»<sup>46</sup>. (Este foi um comentário bastante surpreendente, uma vez que a Austrália tinha afirmado, a 5 de Janeiro, que tinha revogado o seu reconhecimento da anexação por parte da Indonésia e considerava agora Timor-Leste como um território não autónomo). Um porta-voz da onu declarou de forma semelhante (e erroneamente): «Esta é uma operação em solo indonésio onde a Indonésia é totalmente responsável pela segurança. Não há qualquer intenção neste momento de exigir uma mudança dessa situação. Pelo contrário, o que estamos a fazer é pressionar a Indonésia para se esforçar mais por garantir a segurança do território»<sup>47</sup>.

Depois do ataque à residência do bispo Belo e à sede da Cruz Vermelha, a pressão para intervir aumentou substancialmente – não apenas por parte das manifestações maciças da opinião pública em países como a Austrália e Portugal, mas também por parte de diplomatas internacionais altamente influentes, e de destacados políticos norte-americanos. Havia um consenso emergente de que o exército indonésio tinha ultrapassado os limites, e que as preocupações com os direitos humanos e o reconhecimento de um referendo «livre e justo» deveriam momentaneamente sobrepor-se aos interesses dos governos na manutenção dos seus laços económicos, políticos e estratégicos com o regime indonésio.

A resposta do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que se reuniu a 7 de Setembro numa sessão de emergência, foi a de enviar para Jacarta uma missão diplomática composta por cinco membros, para tentar persuadir o Governo indonésio a controlar a violência em Timor-Leste. Esta missão pretendia também visitar o território. O Secretário-Geral da onu, Kofi Annan, fez acompanhar esta resolução com um «ultimato de 48 horas» à Indonésia para esta melhorar as condições de segurança. Em resposta, o exército indonésio decretou a lei marcial em Timor-Leste – permitindo-lhe deste modo deportar legalmente a população. Quando a 8 de Setembro, Annan alterou o prazo de quarenta e oito para vinte e quatro horas, o ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Ali Alatas, troçou da própria ideia de uma força internacional, quanto mais da entrada no território de uma «força de manutenção da paz», dizendo que teriam de «abrir caminho a

tiro para entrarem em Timor-Leste». Alatas avisou o mundo: «Não nos pressionem, não nos façam ultimatos [...] porque não ajuda e não é realista»<sup>48</sup>.

A 12 de Setembro, os embaixadores da onu chegaram a Díli. Um jornalista que acompanhava a delegação descreveu o cenário à chegada: «Em Díli encontrámos a confirmação palpável da razão por que a missão tem sido vital. Tudo o que tínhamos ouvido estava ali perante os nossos olhos: a coluna de fumo vista das janelas do avião à medida que nos aproximávamos do solo, ruas inteiras de lojas e casas queimadas enquanto nos dirigíamos, sob escolta, ao nosso primeiro local de paragem, um centro de acolhimento para pessoas deslocadas numa esquadra de polícia. Famílias cujo medo era visível nos olhos estavam sentadas rodeadas por pilhas de objectos pessoais. Mas além das multidões aqui e nas docas, que também estavam a abarrotar, o que nos chocou foi o vazio de Díli. A cidade, tal como a maioria dos seus edifícios, era um esqueleto, esventrado por uma orgia de maldade singular»<sup>49</sup>. Numa casa queimada, as milícias tinham escrito: «Liberdade é a selva. Por isso fiquem lá». A delegação visitou a anterior sede da onu, ainda sob o cerco dos paramilitares, e habitada por mil refugiados. Quando visitavam o campo, uma mulher aproximou-se dos membros da delegação em lágrimas: «Tenho medo, por favor ajudem-nos, imploro-vos». Um dos embaixadores, Martin Adjaba, da Namíbia, respondeu: «Somos solidários consigo». A mulher alteou a voz e disse: «Se ficarmos aqui eles matam-nos a todos». Adjaba agarrou-lhe nas mãos e sossegou-a: «Faremos tudo para garantir a segurança do vosso futuro, este é o compromisso das Nações Unidas». Quando os embaixadores saíam rapidamente do recinto, uma mulher, segurando uma criança nos braços, murmurou: «Não esqueçam Timor-Leste».

Antes de viajar para Díli, a delegação da onu encontrou-se com o ministro da Defesa indonésio, o general Wiranto. Enquanto ele continuava a dar constantes garantias de que o exército estava a fazer tudo ao seu alcance para proteger o povo de Timor-Leste, o embaixador Adjaba interrompeu-o: «Não acreditamos nas garantias. A violência tem continuado, a opressão, a destruição do património tem aumentado. A matança continua até mesmo enquanto estamos aqui sentados. Na realidade, a situação tem piorado». E continuou: «Está a desapontar a comunidade internacional, o povo de Timor-Leste e a Indonésia»<sup>50</sup>. Wiranto respondeu que tudo se resolveria a bem; o exército compreendia o povo timorense. A sua resposta foi então interrompida por uma chamada telefónica de um telemóvel para os embaixadores. Era da sede da onu em Díli. Os esforços para evacuar para Darwin alguns funcionários dispensados tinham sido interrompidos porque a sede estava novamente cercada pelas milícias armadas de armas e granadas, tentando invadir a sede. Adjaba pediu a Wiranto uma explicação. Indicando que possuía o seu próprio telefone, o general disse que se informaria da «verdadeira situação» através do seu «indisciplinado comandante» em Timor-Leste. Insistiu que tinha conhecimento deste tipo de notícias e rumores, mas quando pretendia confirmá-los descobria que eram contrários aos factos. Evidentemente, o seu oficial insubordinado estava seguro da exactidão do parecer de Wiranto. O general respondeu: «Não existem problemas, a situação está calma». Wiranto terminou o encontro com um convite aos embaixadores. Recentemente, ele tinha supervisionado os planos de um novo campo de golfe perto de Jacarta. «Gostariam de jogar uma partida de golfe comigo um destes dias»<sup>51</sup>.

Com tão firmes refutações e tão clamorosas recusas da necessidade de uma força de manutenção da paz, foi uma surpresa quando o Presidente Habibie anunciou numa

comunicação televisiva, a 12 de Setembro, que o Governo indonésio tinha concordado com a entrada de uma força de manutenção da paz em Timor-Leste. Enquanto vários generais dirigentes expressavam calmamente a sua oposição, representantes militares no parlamento exigiam vetar a composição de qualquer força de manutenção da paz. Em vão. Em Nova Iorque, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Alatas, admitiu: «Não estamos a impor quaisquer condições, por isso cabe às Nações Unidas organizar a composição».

Nove dias depois, a 21 de Setembro, desembarcaram em Díli as primeiras tropas de uma força liderada por australianos, composta de soldados provenientes de muitos países, incluindo o Sudeste Asiático. Um total de dois mil e trezentos que faziam parte de uma força composta por oito mil. Os restantes seguiram por mar nos dias seguintes.

Para muitos timorenses, isto era muito pouco, muito tarde. Os paramilitares já tinham destruído o seu país, morto milhares e levado um quarto da população para a Indonésia. Um sacerdote leste-timorense, padre Jovito Rego, afirmou que finalmente a paz poderia estar a caminho. «Há muito tempo que estamos à espera destas tropas. Precisávamos delas durante as eleições, mas agora é tarde de mais».

A tarefa da força de manutenção da paz era enorme. Depois de Díli estar segura, estabeleceram corredores para proporcionar comida e segurança aos acampamentos de leste-timorenses espalhados por todo o território montanhoso, cada um deles tendo milhares de pessoas que foram perseguidas por paramilitares que continuavam as suas matanças em Díli. Num ataque particularmente brutal, o correspondente do Financial Times de Jacarta, Sander Thoenes, foi assassinado.

Com o exército indonésio a ceder oficialmente a responsabilidade à força da onu, a 27 de Setembro os paramilitares retiraram em grande número, juntando-se aos grupos de milícias que já estavam concentrados em campos situados no lado indonésio da fronteira. A partir destas bases, eles pretendiam continuar a sua campanha de intimidação e sequestros através de incursões pela fronteira. No início de Outubro, duzentos mil leste-timorenses permaneciam em campos controlados por paramilitares em Timor Ocidental.

### **Sanções**

Poderá ter sido «muito pouco, muito tarde», mas em última análise o Governo indonésio e as forças armadas tinham de aceitar a entrada de uma força de manutenção da paz.

Porque é que a Indonésia o fez, quando durante tanto tempo recusou determinadamente aceitar qualquer intervenção? Porquê, quando dois dias antes de o aceitarem, eles tinham avisado a comunidade internacional para não «lançar ultimatos». Porquê, quando tinham estado tão decididos a destruir a possibilidade de independência através da campanha paramilitar? Em resumo, porquê o volta-face?

À medida que a pressão para a entrada de uma força de manutenção da paz aumentava, o Governo dos Estados Unidos executou uma política que já tinha utilizado antes em várias ocasiões no que diz respeito a Timor-Leste. Depois do massacre de Santa Cruz tinha suspenso o treino militar. A 9 de Setembro, depois da declaração de Alatas sobre os «ultimatos», os Estados Unidos reintroduziram-na e estenderam-na a todos os «laços militares». Se a situação não melhorasse, Washington suspenderia todas as vendas de armas. O que fez pouco tempo depois, seguido da União Europeia e – de forma tardia – do Governo britânico a 11 de Setembro.

A decisão dos Estados Unidos foi alarmante para as Forças Armadas, mas esta já tinha sido tomada antes, e a maior parte dos oficiais superiores do exército pensavam que poderiam viver com ela durante alguns meses. Quando a campanha terminasse, e Timor-Leste tivesse sido conservado, a imagem da Indonésia poderia ser novamente melhorada e os fornecimentos de armas seriam retomados.

No entanto, as sanções económicas eram um outro problema. Em várias ocasiões anteriores ao referendo, o Governo norte-americano tinha exigido ao seu homólogo indonésio que garantisse a segurança adequada ao referendo e mantivesse os paramilitares sob controlo. A 13 de Agosto, por exemplo, a secretária de Estado, Madeleine Albright, afirmou que «o regresso da violência a Timor-Leste seria uma tragédia desnecessária e lançaria sérias dúvidas sobre a vocação dramática da própria Indonésia»<sup>52</sup>. Vários dias depois, Bill Clinton escreveu uma carta pessoal a Habibie, pedindo um referendo livre e justo, ao mesmo tempo que avisava que «poderia haver consequências nas relações internacionais caso houvesse violência». Segundo oficiais americanos, a carta continha a ameaça implícita de que a ajuda e os empréstimos internacionais poderiam ser suspensos se os paramilitares não fossem controlados e se o resultado do referendo não fosse respeitado. Com a situação em Timor-Leste a deteriorar-se rapidamente, James Wolfensohn, presidente do Banco Mundial, informou Habibie: «Para que a comunidade internacional possa continuar a dar o seu total apoio, é crucial que actue rapidamente para repor a ordem e que o seu governo sustente o compromisso público de honrar o resultado do referendo»<sup>53</sup>. Reforçando esta ideia, decidiu reter um empréstimo de seiscentos milhões de dólares negociado no princípio do ano. Foram também alegadas irregularidades bancárias, mas a escolha do momento certo marcou a posição. Nesta altura, o Fundo Monetário Internacional declarou que suspendia uma planeada missão económica para a Indonésia, que era um pré-requisito para aprovação da próxima tranche de quatrocentos e cinquenta milhões de dólares do fmi. Clinton afirmou numa conferência na Casa Branca: «Se a Indonésia não acabar com a violência, deve solicitar a comunidade internacional para auxiliá-la na restauração da segurança». E continuou, dizendo: «Seria uma pena se a recuperação da Indonésia entrasse em colapso por causa disto, mas de uma forma ou de outra é o que irá acontecer se não resolverem a situação, porque existirá um sentimento público esmagador para suspender a cooperação económica internacional»<sup>54</sup>. O embaixador dos Estados Unidos nas Nações Unidas, Richard Holbrooke, foi tão directo quanto o Presidente: «Se os militares indonésios ajudarem e se tornarem cúmplices das chamadas milícias – que, na minha opinião, são na realidade um prolongamento dos militares da Indonésia e um monstruoso grupo de arruaceiros que fazem coisas monstruosas –, se se envolverem em alguma prática ofensiva e não cooperarem, estão certamente a provocar sérios problemas»<sup>55</sup>. No dia anterior à autorização da entrada de uma força de manutenção da paz em Timor-Leste dada por Habibie, Clinton reiterou estes pontos durante uma conferência da apec na Nova Zelândia, salientando que Timor-Leste teria a sua independência.

Para a Indonésia, e em particular para muitos membros das suas elites militares e políticas, a ameaça de sanções económicas parecia neste momento muito real. Em meados de Agosto, a economia indonésia estava ainda em crise, mantendo as características que resumimos anteriormente. O mais importante é que necessitava de setenta e oito biliões de dólares para reestruturar os seus bancos. Algum deste dinheiro

estava para surgir do fmi e de outras instituições, integradas no Grupo Consultivo da Indonésia, mas ainda não era o suficiente. Qualquer ameaça de atraso ou cancelamento seria desastrosa, uma vez que uma reestruturação bancária bem sucedida era uma condição para o contínuo investimento a longo prazo, tão essencial para a recuperação da Indonésia. Além disso, isto afectaria em particular a elite de Jacarta, consideravelmente dependente dos empréstimos.

Foi o conjunto de jogadas para suspender as vendas de armas, associado à ameaça de sanções económicas específicas, dirigidas à reestruturação bancária e às dívidas dos grandes grupos, que em última análise parece ter persuadido Habibie, o seu gabinete e a maioria das principais personalidades militares a aceitarem a entrada da força de manutenção da paz.

O Governo indonésio e as forças armadas estavam sem dúvida atordoados com a amplitude e a força das denúncias dos seus actos em Timor-Leste. Os principais governos mundiais tinham condescendido com a invasão e a ocupação, e subsequentemente reproduziram as versões indonésias de acontecimentos em Timor-Leste. Investiram em conjunto com os militares na exploração das matérias-primas do território, e proporcionaram um abundante fornecimento de armas, algumas delas usadas em Timor-Leste. Eles até treinaram os comandantes das tropas de elite envolvidas nas campanhas em Timor-Leste. O Governo britânico, por exemplo, tem sido um importante fornecedor de armas, de aviões Hawk, de tanques Scorpion, de canhões de água Tactica e treino militar. Apesar da proibição das vendas de armas, a Indonésia recebeu três aviões a jacto Hawk exactamente quando os paramilitares levavam a cabo algumas das suas piores atrocidades.

O principal erro dos militares indonésios foi o de subestimar seriamente as mudanças que têm ocorrido a nível internacional durante a década de 90, e como estas têm afectado as percepções tanto de Timor-Leste como da ocupação indonésia. Desde o massacre de Santa Cruz que o apoio a Timor-Leste tem aumentado dramaticamente em muitos países, mais notavelmente nos Estados Unidos e na Austrália. A atribuição do Prémio Nobel em 1996 marcou o reconhecimento da comunidade internacional disto mesmo. Nos últimos anos, o conhecimento crescente de que a Indonésia tem usado armas fornecidas por governos ocidentais tornou-se um embaraço para muitos deles, alguns dos quais têm sido cada vez mais críticos das violações dos direitos humanos em Timor-Leste. Numa era pós-Kosovo, a Indonésia também pareceu relutante em aceitar que existem limites sobre até que ponto um governo pode brutalmente subverter o resultado de um referendo acordado internacionalmente, observado pela imprensa mundial, sem incorrer em sanções para modificar radicalmente as suas acções<sup>56</sup>.

Em Setembro último, foram organizadas manifestações contra a Austrália, outrora apoiante da Indonésia, e líderes islâmicos exigiram uma guerra santa contra a sua vizinha, condenando o papel da Austrália na condução de uma «invasão do território indonésio». Na Indonésia, uma recusa em admitir que os paramilitares em Timor-Leste têm sido apoiados pelo exército persiste, isto apesar da recente publicação de fitas magnéticas e de documentos que fornecem provas incriminatórias do seu conluio diário. O governo continua a não cooperar com as investigações dos direitos humanos sobre as brutalidades dos militares e dos paramilitares, tal como foi proposto pela Comissão dos Direitos Humanos da onu. No período que antecedeu a eleição do Presidente indonésio, a 20 de Outubro, Timor-Leste continuou a ser uma questão que cada facção militar e política

usou uma contra a outra nos obscuros jogos políticos anteriores à formação do novo governo. Os generais usaram-na para salientar os perigos dos movimentos separatistas indonésios em zonas como Irian e Aceh. Os políticos usaram-na contra Habibie, defendendo que ele tinha desacreditado a nação ao «permitir» que Timor-Leste abandonasse a República. As facções do exército usaram-na para mostrar o quanto o exército é necessário para estabelecer a ordem. Apesar da decisão tomada pelo mpr a 19 de Outubro de ratificar a independência de Timor-Leste, e a promessa do recém-eleito Presidente indonésio, Abdurrahman Wahid, de respeitar esta decisão, Timor-Leste permanecerá em risco. Pode ser desestabilizado por incursões paramilitares provenientes de Timor Ocidental, sujeito à perseguição económica, e criticado em fóruns regionais e internacionais pela Indonésia à medida que emerge como um Estado independente. Porém esta emergência, ainda que difícil, é agora inevitável. Sem dúvida, Timor-Leste já não é «esquecido» nem «oculto». No entanto, pagou um preço terrível pela sua liberdade.

### Notas

<sup>1</sup> Richard Lloyd Parry, «Timor-Leste enfrenta o medo para votar pela liberdade», *The Independent*, 31 de Agosto, 1999.

<sup>2</sup> Entrevista ao *The Editor*. Jacarta, 14 de Março, 1992.

<sup>3</sup> Texto da Citação do Comité Nobel Norueguês para o Prémio de 1996.

<sup>4</sup> O historiador Peter Carey calcula que os custos diários da manutenção de vinte mil tropas indonésias em Timor-Leste é cerca de um milhão de dólares por dia (comunicação pessoal). O analista político indonésio Liem Soei Liong chega a semelhantes conclusões. Ver, «Timor-Leste: Estará a mudança no Ar?», *Tapol Bulletin*, n.o 147. Londres, Julho 1998.

<sup>5</sup> Para mais pormenores sobre os valores mobiliários da família Suharto em Timor-Leste, ver George Aditjondro, «ABRI Incorporated», *Sidney Morning Herald*, 8 de Maio, 1999.

<sup>6</sup> O Presidente da Indonésia é eleito por um período de cinco anos pelo Majelis Permusawaratan Rakyat (mpr) (a Assembleia Consultiva do Povo da Indonésia). É composta por quinhentos membros do Dewan Perwakilan Rakyat (dpr) (Parlamento Indonésio) e por duzentos representantes das regiões e grupos sociais. Reúne-se em Outubro e Novembro de 1999 para eleger um novo Presidente, e para aceitar (ou rejeitar) a separação de Timor-Leste da República da Indonésia.

<sup>7</sup> icmi, a Associação Indonésia de Intelectuais Muçulmanos, fundada por Habibie em 1990 como uma organização para a inclusão muçulmana na política pública. Os seus membros mais eminentes incluem membros antigos do gabinete e notórios líderes muçulmanos.

<sup>8</sup> Ver o *Canberra Times*, 24-25 de Outubro 1999.

- <sup>9</sup> Kornelius Purba, «Habibie quer ser recordado devido a Timor-Leste», Jakarta Post, 16 de Fevereiro, 1999.
- <sup>10</sup> Sander Thoenes, «Habibie joga uma mão de alto-risco na Indonésia», Financial Times, 29 de Janeiro, 1999.
- <sup>11</sup> «Solução Rápida em Timor-Leste favorecida», Jakarta Post, 12 de Fevereiro, 1999.
- <sup>12</sup> John Aglionby, «Megawati coloca a votação em Timor-Leste em dúvida», The Guardian, 15 de Maio, 1999.
- <sup>13</sup> «Acaba a escola», Far Eastern Economic Review, 23 de Setembro, 1999, p. 15.
- <sup>14</sup> John Aglionby, «Massacre que tornou Liquiçá uma cidade-fantasma», The Guardian, 9 de Abril, 1999.
- <sup>15</sup> Suara Timor Timur, 9 de Abril, 1999.
- <sup>16</sup> Ver John Aglionby, nota 14, acima citado.
- <sup>17</sup> CNRT é o acrónimo de Conselho Nacional da Resistência Timorese, a organização congregadora dos partidos que formam o movimento de resistência, cujos principais grupos são a Fretilin, a UDT e o exército de guerrilha, Falintil. O CNRT foi formado no início de 1998.
- <sup>18</sup> John Aglionby, «Exército fala de paz mas faz guerra», The Observer, 25 de Abril, 1999.
- <sup>19</sup> Ver o jornal indonésio Jumat, 26 de Maio, 1999.
- <sup>20</sup> Ver Kompas e o Jakarta Post, 19 de Junho, 1999.
- <sup>21</sup> Jakarta Post, 30 de Junho, 1999.
- <sup>22</sup> Ver o Sidney Morning Herald, 16 de Julho, 1999.
- <sup>23</sup> John Aglionby, «Cinco dias para a liberdade, dizem os timorenses», The Guardian, 26 de Agosto, 1999.
- <sup>24</sup> Richard Lloyd Parry, «Timor-Leste enfrenta o medo para votar pela liberdade», The Independent, 31 de Agosto, 1999.
- <sup>25</sup> Richard Lloyd Parry, «Timor-Leste assiste ao nascimento da democracia», The Independent, 31 de Agosto, 1999.



<sup>26</sup> «Pedido de ajuda internacional devido ao aumento da violência», The Guardian, 2 de Setembro, 1999.

<sup>27</sup> Geoff Spencer, «Timor-Leste mergulha no caos», The Express. Londres, 2 de Setembro, 1999.

<sup>28</sup> «Vi um padre morrer no massacre», The Observer. Londres, 12 de Setembro, 1999. Artigo publicado originalmente no Washington Post.

<sup>29</sup> Christopher Zinn, «A vida não significa absolutamente nada para estas pessoas», The Guardian, 11 de Setembro, 1999.

<sup>30</sup> John Aglionby, «Ultimato da onu sobre Timor», The Guardian, 8 de Setembro, 1999.

<sup>31</sup> Richard Lloyd Parry, «O verdadeiro horror do que está a acontecer aqui é inacreditável», The Independent, 7 de Setembro, 1999.

<sup>32</sup> Marie Colvin, «A retirada da onu de Timor-Leste ressuscita o espectro do Vietnam», Sunday Times, 9 de Setembro, 1999.

<sup>33</sup> Maggie O’Kane, «Uma noite de paz daqueles salvos da traição da onu», The Guardian», 15 de Setembro, 1999.

<sup>34</sup> Max Stahl, «Tropas disparam sobre campo de refugiados feminino», The Times, 13 de Setembro, 1999.

<sup>35</sup> Richard Lloyd Parry, «Milhares morrem à fome em esconderijos na selva», The Independent, 14 de Setembro, 1999.

<sup>36</sup> Max Stahl, «Fugitivos esfomeados vivem com medo dos ataques», The Times, 23 de Setembro, 1999.

<sup>37</sup> Geoff Spencer, «Refugiados famintos regressam a Díli», The Times, 23 de Setembro, 1999.

<sup>38</sup> Maggie O’Kane, «Tropas vendem comida às suas vítimas», The Guardian, 27 de Setembro, 1999.

<sup>39</sup> Sidney Morning Herald, 11 de Setembro, 1999.

<sup>40</sup> Katherine Butler, «Exército matou refugiados e atirou os corpos à água», The Independent, 24 de Setembro, 1999.

<sup>41</sup> John Aglionby, «Reunidos, peneirados e isolados», The Guardian, 10 de Setembro, 1999.

- <sup>42</sup> Maggie O’Kane, «Atrocidades registadas em campos de Timor-Ocidental», The Guardian, 16 de Setembro, 1999.
- <sup>43</sup> Janine di Giovanni, «Milícias pretendem alargar campanha de terror a Timor Ocidental», The Times, 14 de Setembro, 1999.
- <sup>44</sup> «Timorenses Morrem de Fome», The Independent on Sunday, 19 de Setembro, 1999.
- <sup>45</sup> Tom Fawthrop e John Gittings, «Milícias fazem pontaria àqueles que fugiram para oeste», The Guardian, 1 de Outubro, 1999.
- <sup>46</sup> «onu rejeita pedido de força de manutenção de paz em Timor-Leste», The Times, 2 de Setembro, 1999.
- <sup>47</sup> The Times, nota 46, acima citada.
- <sup>48</sup> John Gittings, «Humilhação em consequência da conversa dura de Jacarta», The Guardian, 11 de Setembro, 1999.
- <sup>49</sup> David Osborne, «Missão da onu», The Independent, 13 de Setembro, 1999.
- <sup>50</sup> David Osborne, «Uma audiência fria com o Dr. Estranhoamor de Jacarta», The Independent, 11 de Setembro, 1999.
- <sup>51</sup> Ver The Independent, nota 50, acima citada.
- <sup>52</sup> Michael Richardson, «A votação de Timor-Leste deve ser justa, lembram os eua à Indonésia», International Herald Tribune, 14-15 de Agosto, 1999.
- <sup>53</sup> Ian Black, «Ocidente ameaça uma posição mais forte», The Guardian, 11 de Setembro, 1999.
- <sup>54</sup> David Osborne, Andrew Marshall, Richard Lloyd Parry, «Ocidente avisa Indonésia: parem a matança ou tornem-se num pária», The Independent, 10 de Setembro, 1999.
- <sup>55</sup> Michael Richardson, «Com um aviso para Jacarta, força da onu prepara-se para aterrar em Timor-Leste», International Herald Tribune, 18-19 de Setembro, 1999.
- <sup>56</sup> Isto não é para comparar a situação do Kosovo com a de Timor-Leste. O último é um país invadido e anexado por um Estado cuja ocupação nunca teve reconhecimento internacional de jure (à excepção da Austrália, que o revogou em Janeiro, 1999), e que ganhou reconhecimento do seu direito a um referendo sobre o seu futuro. A finalidade é a de salientar a importância conjuntural dos limites internacionalmente às violações dos direitos humanos no caso dos leste-timorenses.